



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

51

Ata da primeira (1ª) Sessão Ordinária do mês de dezembro, no primeiro (1º) ano, da vigésima (20ª) legislatura da Câmara Municipal de Edéia.

Às 20h10 do dia 08 de dezembro de 2025 (08/12/2025), no Plenário Maria Onofre de Barros, reuniram-se sob a presidência do Vereador **Luiz Humberto do Nascimento**, os Vereadores: **Diogo Soares e Silva, Francisco Vieira Nunes, Gillene Aparecida Fernandes da Silva, Maria Jane Lopes de Carvalho, Oraci de Freitas Araújo, Raica Cristine Alves Arantes Sliuzas e Thiago Souza Borges**. Ausente o Vereador **Guilherme Carvalho de Almeida**. Havendo quórum regimental a presidência declarou sob a proteção de Deus aberta a sessão, solicitando a todos que se postassem de pé para ouvirem a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada, a qual foi feita pelo Vereador Thiago Borges, logo após todos fizeram a oração do Pai Nosso e cantaram juntos o Hino Nacional. Em seguida a Presidência convidou a Vereadora Raica Cristine para assumir a vice-presidência e a Vereadora Maria Jane para assumir a 1ª secretaria. **EM EXPEDIENTE:** Foi feita a leitura da ata da 3ª sessão ordinária do mês de novembro de 2025, a qual foi aprovada sem retificação por unanimidade de votos. **NA ORDEM DO DIA:** Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 40/2025**, de autoria do Poder Executivo, o qual “prorroga a vigência da Lei nº 814/2015 que aprovou o Plano Municipal de Educação de Edéia-GO e dá outras providências” foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 42/2025**, de autoria do Poder Executivo, o qual “define as diretrizes gerais a serem observadas na implantação da política de educação em escola de tempo integral” foi pedido vistas à Presidência, pela Vereadora Raica Arantes, a qual foi concedida pelo prazo regimental de 10 dias. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei Complementar nº 43/2025**, de autoria do Poder Executivo, o qual “altera e revoga dispositivos da Lei nº 290/1997 – Código Tributário Municipal de Edéia-GO” foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 44/2025**, de autoria do Poder Executivo, o qual “autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros através da celebração de Termo de Colaboração, à entidade sem fins lucrativos “*Associação Edeense Transformando Vidas*”, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e dá outras providências”, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 45/2025**, de autoria do Poder Executivo, o qual “autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros através da celebração de Termo de Colaboração, à entidade sem fins lucrativos “*APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Edéia*”, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e dá outras providências”, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 46/2025**, de autoria do Poder Executivo, o qual “autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros através da celebração de Termo de Colaboração, à entidade sem fins lucrativos “*Sociedade Lar do Idosos Henrique Estábil*”, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Federal

Luiz Humberto do Nascimento

